

SIMARSUL - SANEAMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, S.A.

CONCURSO PÚBLICO
COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

“AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS ACESSÓRIOS PARA
REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE DESINFEÇÃO
POR RADIAÇÃO ULTRAVIOLETA”

CADERNO DE ENCARGOS

0XX/CPI/2023

SETEMBRO DE 2023

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de peças e serviços acessórios para reabilitação e manutenção de sistemas de desinfecção por radiação ultravioleta instalados nas infraestruturas da SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (em diante, “SIMARSUL”).

Cláusula 2.^a

Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos interessados e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (doravante abreviadamente designado por “CCP”);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sob a proposta prestados pelo adjudicatário.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos referidos no número I da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo Contratual

O contrato inicia-se na data da sua celebração, mantendo-se em vigor pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, exceto se, durante a sua vigência, se atingir o pagamento do preço contratual

máximo, data a partir da qual operará o respetivo termo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação e no Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:
 - a) Entregar os bens e executar os serviços dentro do prazo contratado, de acordo com as especificações definidas no presente Caderno de Encargos, em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam;
 - b) Prestar as informações que forem solicitadas pela SIMARSUL;
 - c) Respeitar, em tudo o que seja aplicável e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de Organismos Oficiais, as instruções de produtores ou de entidades detentoras de patentes e os procedimentos da SIMARSUL para o efeito;
 - d) Cumprir as condições de garantia dos bens e serviços a fornecer, a qual abrange a substituição dos bens defeituosos ou discrepantes e inclui todas as despesas em que o fornecedor incorra, incluindo as de recolha, transporte e entrega, nas instalações da SIMARSUL;
 - e) Garantir a continuidade do fornecimento e de fabrico da totalidade dos bens objeto do contrato;
 - f) Proceder à substituição dos bens fornecidos que estejam desconformes com o presente Caderno de Encargos ou com os respetivos fins, sem quaisquer encargos para a SIMARSUL e no prazo razoável que lhe for determinado;
 - g) Executar o contrato tal como descrito no presente Caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, de acordo o presente Caderno de Encargos e a sua proposta;
 - h) Cumprir as condições fixadas para a execução do contrato;
 - i) Sujeitar-se ao acompanhamento e à ação fiscalizadora da SIMARSUL;

- j) Proceder à entrega dos documentos correspondentes ao serviço prestado e os necessários à boa e integral utilização ou funcionamento dos bens objeto do contrato;
 - k) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre o Cocontratante e os representantes SIMARSUL;
 - l) Deter todos os seguros legalmente exigidos para o exercício da respetiva atividade;
 - m) Deter e manter todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o cumprimento das obrigações contratuais assumidas;
 - n) Cumprir o disposto no artigo 419.º-A, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 451.º, ambos do CCP, disponibilizando à SIMARSUL, sempre que lhe seja solicitado, evidências desse mesmo cumprimento;
 - o) Adotar os meios de organização adequados às exigências dos sistemas implementados na SIMARSUL para a Qualidade, Ambiente, Segurança, Responsabilidade Social e para a Gestão da Manutenção e Ativos.
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens e serviços

- 1. O Cocontratante obriga-se a entregar os bens e a prestar os serviços objeto do contrato à SIMARSUL com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
- 2. Os bens e serviços objeto do contrato devem ser entregues e prestados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
- 3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e aos serviços a prestar e das garantias a elas relativas no que respeita à conformidade dos bens a fornecer e dos serviços a prestar.
- 4. O Cocontratante é responsável perante a SIMARSUL por qualquer defeito ou discrepância dos bens e dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe sejam entregues.

Cláusula 6.ª
Quantidades estimadas e características dos bens e serviços

I. O Cocontratante deve fornecer as seguintes peças e prestar os seguintes serviços, considerados para assegurar a reabilitação e manutenção de sistemas de desinfecção por radiação ultravioleta, de acordo com as características técnicas definidas e quantidades estimadas, nas infraestruturas indicadas, após solicitação e de acordo com as necessidades da SIMARSUL:

Infraestrutura	Equipamento Desinfecção UV	Item	Bem/Serviço a fornecer		
			Referência do fabricante ou equivalente	Designação/ Descrição ou equivalente	Quantidade estimada (36 meses) [VG]
ETAR AFONSOEIRO ETAR ALCOLHETE ETAR SEIXALINHO ETAR FERNÃO FERRO ETAR CUCENA ETAR BARREIRO/MOITA	Trojan UV 3000+	I.1	5066	Grease Food grade	10
		I.2	I5229	Sensor Assembly for 3k+ standard	1
		I.3	I5239	Sensor sleeve	2
		I.4	(I5406 old) 015393-S-I58NB	Sensor Assembly for 3k+ 07 and 2022	2
		I.5	I5509	Sensor cable kit	2
		I.6	316136	Manga em Quartzzo	57
		I.7	316148	Porca Aperto da Manga	10
		I.8	326411	Cilindro Veio Hidraulico	25
		I.9	327094	Injector de pressão para gel	1
		I.10	327096	Injector de pressão para gel with overflow	1
		I.11	327122	Seal Kit (for plastic canisters)	63
		I.12	444295	Óleo Hidráulico sistema limpeza 20 l	7
		I.13	657233	Desincrustante para mangas	4
		I.14	901507	Gel Acti-Clean 4 litros	19
		I.15	907384	Filter Element, 10MICRON	1
		I.16	907547	Gauge 0-600 Psi	1
		I.17	013168-04 FNB	Coupling Female	5
		I.18	013169-04MNB	Coupling Male	20
		I.19	013199-04F	Colector de pó em borracha, Ligação fêmea	10
		I.20	013200-04M	Colector de pó em borracha, Ligação macho	40
		I.21	316135-096X	Lamp-holder 96"	59
		I.22	316144P	O'Ring Manga pack de 10	10
		I.23	316148P	Porca Aperto da Manga (pack 10)	4
		I.24	327027P	Fitting Inter-wiper straight pack of 10	1
		I.25	327066P	Fitting plastic 90° elbow (pack 10uds)	4
		I.26	327095P	Plug, rubber wiper filler pak de 10	2
		I.27	446022-020	Óleo hidraulico	1
		I.28	794447-0GN	Lamps for UV3000Plus top green	92
		I.29	794447-0RD	Lamps for UV3000Plus top RED INCLINADO)	20
		I.30	821161P	Valve press relief viton NSF (subst 445044)	2
		I.31	901376P	Mola de Compressão (pack 10)	7
		I.32	901711-60	Spring Assembly, GAS60LB	4
		I.33	907624-04F071BK	Hydraulic hose assembly, Retract LS (Black)	20
		I.34	907624-04F145BL	Hydraulic hose assembly, Retract RS (Blue)	20
		I.35	907624-04M066BL	Hydraulic hose assembly, Extend RS (Blue)	5
		I.36	907624-04M150BK	Hydraulic hose assembly, Extend LS (Black)	20
		I.37	912261-004	RCPT, FEMALE 4 PIN 1	1
		I.38	914374-008GF	Plug, UV3+ PDC Module 8	50
		I.39	912179	Low Level Relay Board (Patriot Board)	1
		I.40	914385	Carta de comunicação 212356-001	1
		I.41	327125-180PLGTOP	CANISTER ASSY,UV3+ LUG PLG TOP	2
		I.42	327125-180STDMID	CANISTER ASSY,UV3+ LUG STD MID	2
		I.43	327125-020STDCYL	CANISTER ASSY, UV3+ LUGANGCYL	1
		I.44	327125-180PLGBOT	CANISTER ASSY,UV3+ LUG PLG BOT	1
		I.45	917341-100	Lamp driver Kit, smd w/pls	1
ETAR AIRES ETAR AGUAS DE MOURA	Trojan UV FIT 04AL20 Trojan UV FIT 18AL40	I.46	I2003	Washer	2
		I.47	I3207	Cotter pin	1

Infraestrutura	Equipamento Desinfecção UV	Item	Bem/Serviço a fornecer		
			Referência do fabricante ou equivalente	Designação/ Descrição ou equivalente	Quantidade estimada (36 meses) [VG]
ETAR BARREIRO-MOITA ETAR QUINTA DO CONDE		I.48	316148	Vedante MANGA	1
		I.49	657233	desincrustante para mangas	1
		I.50	793024	Manga em Quartzo	2
		I.51	793363	Wiper, sleeve 28 mm DIA EPDM	64
		I.52	794316	Nut Drive 5/8 ACME 1"	1
		I.53	794375	Nut Drive 5/8 ACME 1"	2
		I.54	794432	Wiper Seal, Viton 28 mm Sleeve	36
		I.55	794455	Kit bearing housing	1
		I.56	794872	Kit, Bearing housing	1
		I.57	794917	Holder, Sleeve wiper 28MM TF	32
		I.58	795819	Spring, 7/8" OD 1.19LG	1
		I.59	820673	Seal, rod 0.50 ID	2
		I.60	901507	Gel Acti-Clean 4 litros	4
		I.61	901554	Tool, 28mm Sleeve Bolt W/Cap	1
		I.62	917067	Ballast	2
		I.63	931067	P40 Board ANALOG O/P	2
		I.64	002190-123F	O-ring 1-3/16 x 3/32 Viton	1
		I.65	002190-215FP	O-ring sleeve seal (pack 4)	2
		I.66	792718-1175	Lamp-holder	10
		I.67	792931P	Sleeve cushioning (vedante) AM/AS/AL	2
		I.68	794447-0GN	Lamps for UV3000Plus top Green	10
		I.69	794447-0RD	Lamps for UV3000Plus top RED INCLINADO	10
		I.70	794909-002	Hub, CPLNG, Jaw L type ID 5/8	1
		I.71	798123-001	Bushing, FLG 0.375 ID 0.5LG	1
		I.72	931066-001	Board P40 for SWIFT&LOGIC	1
ETAR QUINTA DO CONDE	Trojan UV Swift SC D12	I.73	10026	Washer, 3/8-16 flat 316sst	24
		I.74	13207	PIN, Rue Ring Cotter 3/8" SST	24
		I.75	316148	Vedante MANGA	1
		I.76	657233	desincrustante para mangas	1
		I.77	798123-002	Bushing, FLG 0.375ID Plastic (792357 obs)	24
		I.78	793024	Manga quartzo	4
		I.79	793140	Jaw coupling LOGIC	1
		I.80	794375	Nut Drive 5/8 ACME 1"	2
		I.81	794380	Collar, 12mm ID - 7/8 OD	1
		I.82	794432	Wiper Seal, Viton 28 mm Sleeve	24
		I.83	794455	Kit bearing housing	1
		I.84	794917	Holder, Sleeve wiper 28MM TF	24
		I.85	821132	Sleeve bolt (820895 obs)	12
		I.86	901507	Gel Acti-Clean 4 litros	1
		I.87	002190-319FP	O-ring	20
		I.88	792718-1175	Lamp-holder	4
		I.89	794447-0GN	Lamps for UV3000Plus top green	4
		I.90	794447-0RD	Lamps for UV3000Plus top RED INCLINADO	12
		I.91	794909-001	Driver coupler part 7/16 inch	1
		I.92	795813-4020	Lamp connector	5
ETAR LAGOINHA ETAR PINHAL NOVO ETAR ZI AUTOEUROPA	Trojan UV LOGIC 06AS20 Trojan UV LOGIC 08AS20	I.93	303428	O-ring 1/316IDx3/32W nitrile	1
		I.94	792934	Manga quartzo	6
		I.95	793010	Lamps LOGIC	6
		I.96	793187	Vedante, Rod 0,5" ID W/WPR	1
		I.97	793363	Wiper, sleeve 28 mm DIA EPDM	6
		I.98	793455	Anilha, plástico 0.5" ID 0.375" LG	1
		I.99	795819	Spring	1
		I.100	901507	Gel Acti-Clean 4 litros	3
		I.101	917067	Power supply 230v/24vdc 8watt 330ma dc	1
		I.102	792437P	O-ring para mangas UV Logic pack 10	1

Infraestrutura	Equipamento Desinfecção UV	Item	Bem/Serviço a fornecer		
			Referência do fabricante ou equivalente	Designação/ Descrição ou equivalente	Quantidade estimada (36 meses) [VG]
		I.103	792718-1175	Lamp-holder	6
		I.104	792931P	Sleeve cushioning (vedante) AM/AS/AL pack 10	3
		I.105	657233	desincrustante para mangas	1
ETAR PEGÕES ETAR AIRES ETAR ALDEIA GRANDE	Trojan 3000PTP	I.106	302418	Lamps for UV3000PTP 64"	22
		I.107	302417	Lamps for UV3000PTP 36"	6
		I.108	302300P	O-Rings 3000 PTP (Pack 10)	7
		I.109	302403	Balastro Electrónico UV300PTP	4
		I.110	302886	End cap assy kit	2
		I.111	916906	Power distribution receptacle (308162 obs)	2
		I.112	657233	Desincrustante para mangas de quartzo	2
		I.113	901507	Gel Acti-Clean 4 litros	5
ETAR MONTADO	AQUARAY SLP300-150-8W	I.114	NA	Lamps	1
		I.115	NA	Manga quartzo	1
		I.116	NA	Lamp-holder	1
		I.117	NA	Óleo Hidráulico para Sistema Limpeza 4 litros	1
ETAR MONTADO	AQUARAY SLP250-100-4W	I.118	NA	Lamps	1
		I.119	NA	Manga quartzo	1
		I.120	NA	Lamp-holder	1
		I.121	NA	Óleo Hidráulico para Sistema Limpeza 4 litros	1
ETAR PEGÕES	AQUARAY SLP250-100-4W	I.122	NA	Lamps	1
		I.123	NA	Manga quartzo	1
		I.124	NA	Lamp-holder	1
		I.125	NA	Óleo Hidráulico para Sistema Limpeza 4 litros	1
ETAR AFONSOEIRO	Trojan UV 3000+	II.1	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR AIRES	Trojan UV FIT	II.2	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR AIRES	Trojan 3000 PTP	II.3	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR QUINTA DO CONDE	Trojan UV Swift SC	II.4	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR QUINTA DO CONDE	Trojan UV FIT #1	II.5	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR QUINTA DO CONDE	Trojan UV FIT #2	II.6	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR AGUAS DE MOURA	Trojan UV FIT	II.7	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR ALCOLHETE	Trojan UV 3000+	II.8	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR BARREIRO/MOITA	Trojan UV 3000+	II.9	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR BARREIRO/MOITA	Trojan UV FIT	II.10	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1	36

Infraestrutura	Equipamento Desinfecção UV	Item	Bem/Serviço a fornecer		
			Referência do fabricante ou equivalente	Designação/ Descrição ou equivalente	Quantidade estimada (36 meses) [VG]
				técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	
ETAR CUCENA	Trojan UV 3000+	II.11	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR FERNÃO FERRO	Trojan UV 3000+	II.12	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR LAGOINHA	Trojan UV 3000+	II.13	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR LAGOINHA	Trojan UV LOGIC	II.14	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR PEGÕES	Trojan 3000 PTP	II.15	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR PINHAL NOVO	Trojan UV 3000+	II.16	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR PINHAL NOVO	Trojan UV LOGIC	II.17	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR SEIXALINHO	Trojan UV 3000+	II.18	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR ZI AUTOEUROPA	Trojan UV 3000+	II.19	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR ZI AUTOEUROPA	Trojan UV LOGIC	II.20	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
ETAR ALDEIA GRANDE	Trojan 3000 PTP	II.21	NA	Manutenção Preventiva (Intervenção Mensal, realizada por uma equipa constituída por 1 técnico especializado e por 1 técnico ajudante, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	36
TODAS	TODOS	III.1	NA	Manutenção Corretiva (Valor hora, realizada por 1 técnico especializado, nos dias úteis, entre as 9 e as 18 horas, incluindo deslocação)	600

Cláusula 7.^a

Entrega dos bens e execução dos serviços

1. As peças objeto do contrato devem ser entregues pelo Cocontratante na Península de Setúbal, nas diferentes infraestruturas da SIMARSUL e no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da receção da respetiva nota de encomenda.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser realizados na Península de Setúbal, nas infraestruturas da SIMARSUL abrangidas.
3. O Cocontratante obriga-se a assegurar a execução de serviços de manutenção, urgentes e não urgentes, solicitados e definidos como tal pela SIMARSUL, em conformidade com o estabelecido contratualmente, nos dias úteis, entre as 9h00 e as 18h00. Consideram-se serviços urgentes a prestar e solicitados como tal pela SIMARSUL, os serviços com implicações na eficiência do processo e segurança das instalações e pessoas, nas infraestruturas abrangidas. A comunicação da SIMARSUL ao Cocontratante será efetuada por telefone e/ou e-mail.
4. O Cocontratante obriga-se a iniciar os serviços urgentes referidos no número anterior no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a chamada da SIMARSUL, e a iniciar os trabalhos tidos como não urgentes, também referidos nesse ponto, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
5. A Manutenção Preventiva do Sistema de Desinfecção por Radiação Ultravioleta inclui:
 - a) Observação visual do estado das instalações e equipamentos e identificação e registo em ficha própria das anomalias detetadas e do grau de prioridade que deve ser considerado para a sua correção;
 - b) Verificação do bom funcionamento dos equipamentos e do Sistema;
 - c) Verificação dos sistemas de limpeza automática;
 - d) Verificação da parametrização dos equipamentos e do Sistema;
 - e) Verificação e registo das intensidades de radiação;
 - f) Verificação e limpeza dos módulos de ultravioletas;
 - g) Verificação e limpeza dos Quadros Elétricos do Sistema;
 - h) Realização de medições e registo da resistência das lâmpadas ultravioletas, junto dos balastros e nas ligações das lâmpadas aos módulos;
 - i) Verificação de baterias;
 - j) Verificação dos sistemas de controlo;
 - k) Verificação do nível do lubrificante e gel;

- l) As demais intervenções de manutenção de carácter preventivo dos equipamentos que constituem os Sistemas de Desinfecção por Radiação Ultravioleta, de acordo com as recomendações do fabricante;
 - m) Substituição das lâmpadas danificadas aquando da realização da limpeza dos módulos;
 - n) Substituição e reparação de componentes avariados;
 - o) Gestão otimizada do Sistema, incluído a sua programação, com vista à minimização do seu consumo energético e dos gastos com consumíveis;
 - p) Mão-de-obra mínima: 1 (um) técnico especializado e qualificado na manutenção do sistema de desinfecção por radiação ultravioleta instalado e 1 (um) ajudante.
6. Para a execução do objeto do contrato, considera-se que o Cocontratante se inteirou da tipologia dos equipamentos e infraestruturas consideradas no âmbito do contrato e dos locais onde os mesmos se irão efetuar.
7. Os bens e serviços objeto do contrato visam assegurar o correto funcionamento dos Sistemas de Desinfecção por Radiação Ultravioleta abrangidos, bem como o cumprimento legal dos parâmetros de descarga, de acordo com os requisitos do projeto e tendo em conta as recomendações/instruções dos fabricantes dos equipamentos instalados
8. Os serviços objeto do contrato devem ser efetuados em tempo útil e de modo a não serem alteradas as condições de exploração e de segurança.
9. Antes da execução dos serviços, o Cocontratante deve apresentar ao gestor do contrato da SIMARSUL designado para o efeito o respetivo planeamento, indicando a data, hora, equipamento e local a intervir, equipa, responsável e tipo de trabalho previsto realizar.
10. Os fornecimentos de bens e as prestações de serviços devem ser assegurados de acordo com o planeamento e ordens de trabalho definidos pela SIMARSUL para o efeito.
11. O Cocontratante deve apresentar, relativamente a cada pedido de execução de serviços, um orçamento para a sua execução, em conformidade com os preços unitários estabelecidos contratualmente.
12. A SIMARSUL não assume o pagamento de quaisquer serviços que não tenham sido previamente aprovados.
13. O Cocontratante assume inteira responsabilidade pela qualidade e adequação técnica dos trabalhos realizados e dos meios utilizados no âmbito da presente prestação de serviços.
14. Após qualquer intervenção efetuada deve ser garantida a reposição dos requisitos mínimos de segurança dos equipamentos, em conformidade com o previsto no Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro.
15. A limpeza industrial dos equipamentos e dos locais onde estes se encontram instalados, incluindo a remoção de lamas ou de outros resíduos, é da responsabilidade da SIMARSUL.

- Após cada intervenção, o Cocontratante é responsável por manter os locais no estado de limpeza em que os encontrou, face à natureza dos trabalhos executados.
16. Quando forem detetadas anomalias que impliquem a necessidade de intervenções de manutenção urgentes, o Cocontratante deve informar, de imediato e por SMS, o gestor do contrato da SIMARSUL designado para o efeito.
17. O Cocontratante é responsável pelas condições de manuseamento dos equipamentos que ainda se encontrem dentro do período de garantia do fabricante, de modo a que não se incorra na perda ou diminuição dessa garantia.
18. É da responsabilidade do Técnico Responsável de Trabalhos do Cocontratante confirmar a realização das manobras, bloqueios e outras medidas de segurança, antes, durante e após a execução dos trabalhos.
19. O Cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens e execução dos serviços objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
20. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega são da responsabilidade do Cocontratante.
21. Todas as demais ferramentas e consumíveis (bens ou produtos destinados a serem gastos ou consumidos na sua própria utilização) necessários para assegurar a realização deste fornecimento de bens e prestação de serviços, consideram-se incluídos nos preços unitários apresentados no Anexo II do Programa do Concurso.

Cláusula 8.^a

Inspeção e testes de aceitação

1. Efetuada a entrega dos bens e a execução dos serviços objeto do contrato, a SIMARSUL, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 5 (cinco) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais previstos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos na lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre a funcionalidade dos bens entregues e dos serviços prestados.
3. Durante a fase da realização de testes, o Cocontratante deve prestar à SIMARSUL toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, durante a realização daqueles, através de pessoa devidamente credenciada para o efeito.

4. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do Cocontratante.

Cláusula 9.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens e serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a SIMARSUL deve informar, por escrito, o Cocontratante.
2. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela SIMARSUL, às alterações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e serviços e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das alterações ou substituições necessárias pelo Cocontratante no prazo respetivo, a SIMARSUL procede a nova análise, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 10.^a

Aceitação dos bens e serviços e transferência da propriedade

1. Caso os testes a que se refere a Cláusula 8.^a comprovem a total operacionalidade dos bens e serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do Cocontratante e da SIMARSUL.
2. Com a declaração de aceitação a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e propriedade dos bens para a SIMARSUL, incluindo o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Cocontratante.
3. A assinatura do auto a que se refere o número 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos bens e serviços objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 11.ª

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Cocontratante garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data da assinatura do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g) A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de 2 (dois) meses a contar da data em que a SIMARSUL tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o Cocontratante, para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas na presente Cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela SIMARSUL e sem grave inconveniente para esta, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 12.ª

Garantia de continuidade de fabrico

O Cocontratante deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis.

Cláusula 13.^a

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à SIMARSUL de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a SIMARSUL lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da SIMARSUL, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da SIMARSUL no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela SIMARSUL, ou por quem atue em representação desta.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança

- adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
 8. Mediante solicitação escrita da SIMARSUL, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (*quinze*) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
 9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à SIMARSUL quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
 10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a SIMARSUL de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
 11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar a SIMARSUL, por escrito, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.
 12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, esta compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a SIMARSUL:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
 13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a SIMARSUL por todos os prejuízos em que este

venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela SIMARSUL, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 15.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela SIMARSUL.
2. Dependendo da opção da SIMARSUL, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 16.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da SIMARSUL, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a SIMARSUL antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 17.^a

Dever de cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a SIMARSUL ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da SIMARSUL;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional

de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 18.^a

Obrigações da SIMARSUL

Constituem obrigações da SIMARSUL:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato pelo Cocontratante, nos termos da Cláusula 22.^a do presente Caderno de Encargos;
- b) Proceder ao pagamento do preço contratual, em conformidade com o disposto nas Cláusulas 19.^a a 21.^o do presente Caderno de Encargos;
- c) Nomear o Gestor do Contrato, para acompanhamento permanente do Contrato;
- d) Comunicar, sendo o caso, a alteração do Gestor do Contrato;
- e) Aplicar sanções contratuais ao Cocontratante, quando estas se mostrem devidas, nos termos previstos na Cláusula 24.^a do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 19.^a

Preço base e preço contratual

- 1. O preço contratual não pode ser superior a € 700.000,00 (setecentos mil euros).
- 2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula seguinte, pela execução do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a SIMARSUL deve pagar ao Cocontratante os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, aplicados às quantidades de bens e serviços efetivamente fornecidas e/ou prestadas.
- 3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à SIMARSUL, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 20.^a

Revisão de preços

1. É admissível a revisão de preços nos termos previstos nos números seguintes.
2. A revisão de preços será efetuada do seguinte modo:
 - a) Fornecimento de bens:

A revisão de preços é indexada à taxa de crescimento do IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor) da Zona Euro, sendo efetuada semestralmente, com efeitos ao 1.º dia de cada semestre civil seguinte à data de entrada em vigor do contrato, sempre que a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de atualização seja igual ou superior a 1% (um por cento) em relação à unidade, face à última revisão efetuada.

O IHPC da Zona Euro (taxa de inflação) corresponde à taxa de inflação efetiva do semestre terminado, publicitada no sítio Web oficial da União Europeia, mais concretamente, nas estatísticas do Eurostat.
 - b) Prestação de serviços:

A revisão de preços é indexada à taxa de crescimento do IHPC (total excluindo habitação), sendo efetuada anualmente, durante o 1.º trimestre e com efeitos a 1 de janeiro de cada um dos anos civis seguintes após o decurso de um ano de execução contratual, sempre que a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de atualização seja igual ou superior a 1% (*um por cento*) em relação à unidade.

O IHPC corresponde ao IHPC (taxa de inflação) prevista para o ano em curso, estimada pelo Banco de Portugal.
3. Sob pena de caducidade, a revisão de preços deve ser solicitada pelo Cocontratante nos 30 (*trinta*) dias seguintes às datas de produção de efeitos referidas no número anterior.
4. A revisão de preços aplica-se a cada um dos preços unitários constantes da proposta adjudicada relativamente aos quais se verifique a variação do coeficiente de atualização previsto nas alíneas a) e b) do número 2 da presente cláusula.
5. Em tudo o demais, aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto.

Cláusula 21.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela SIMARSUL, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção a que se refere a Cláusula 10.^a do presente Caderno de Encargos.
3. Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, as faturas a apresentar pelo Cocontratante à SIMARSUL devem ser emitidas em formato eletrónico (EDI), em cumprimento do disposto no artigo 299.º-B do CCP, e conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
4. Em caso de discordância por parte da SIMARSUL quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. As faturas eletrónicas a emitir pelo Cocontratante deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
6. Caso o Cocontratante não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em:
<https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores:
<https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab>
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU.
7. As faturas eletrónicas devem ainda cumprir as regras gerais estabelecidas na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
8. A falta de pagamento dos valores contestados pela SIMARSUL não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a SIMARSUL proceder ao pagamento da importância não contestada.
9. Desde que devidamente emitida e observado o disposto nos números 1 a 3, as faturas são

pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.

10. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 22.^a

Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela SIMARSUL, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor do contrato pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 23.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea a) do número 1 do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da SIMARSUL.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no número 2 do artigo 318.º do CCP.

3. A SIMARSUL deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a SIMARSUL pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da SIMARSUL, nos termos do CCP.

Cláusula 24.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a SIMARSUL pode exigir ao Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. A SIMARSUL pode, designadamente, exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das especificações previstas na Cláusula 6.^a do presente Caderno de Encargos, até 5% (cinco por cento) do preço correspondente aos bens e serviços em causa, por cada desconformidade;
 - b) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega previstos na Cláusula 7.^a do presente Caderno de Encargos, até 5% (cinco por cento) do preço correspondente aos bens e serviços em causa, por cada dia de atraso e indisponibilidade do respetivo equipamento.
3. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% (vinte por cento) do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (vinte por cento) e a SIMARSUL decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (trinta por cento).
5. A SIMARSUL pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente Cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
6. As sanções contratuais previstas na presente Cláusula não obstam a que a SIMARSUL exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 25.^a**Força maior**

1. Não podem ser impostas sanções ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à Parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidos ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A Parte que invocar caso deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza a

SIMARSUL a resolver o contrato ao abrigo do número I do artigo 335.º do CCP, não tendo aquele direito a qualquer indemnização.

Cláusula 26.^a

Resolução do contrato por parte da SIMARSUL

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a SIMARSUL pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente por atraso, total ou parcial, na entrega dos bens por um prazo superior a 5 (cinco) dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja determinado pela SIMARSUL.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinete por cento*) do preço contratual.
4. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da Cláusula 24.^a do presente Caderno de Encargos relativamente às prestações objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
5. O disposto no número 3 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstando a que a SIMARSUL exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 27.^a

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do número I do artigo 332.º CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 28.^a

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de concurso pode ser executada pela SIMARSUL sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela SIMARSUL não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a notificação da SIMARSUL para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos previstos no número 4 do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 29.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar, designadamente:
 - a) Seguros multirriscos;
 - b) Seguros de acidentes de trabalho.
2. A SIMARSUL pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante fornecê-la no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 30.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das Partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

2. Em especial, cada uma das Partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 31.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a SIMARSUL e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 32.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 33.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 34.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.